

Programas do PSD

Entre a via para se instaurar uma sociedade socialista e o personalismo de Mounier

Visões. O PSD assume-se hoje como um partido não “determinista” que conduz a sua ação política em favor de um modelo de sociedade”. Mas, em 1974, queria a “construção de uma sociedade socialista”

FERNANDO MADAÍL

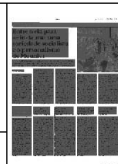
No livro do *GENEPSD* escreve-se que o partido “não é determinista nem pretende conduzir a respetiva atuação política em favor de um modelo de sociedade”. Já na versão em vigor do programa, na redação de 1992, em que se assumia o “legado político” de Sá Carneiro e se registava o conceito “reformismo” (sem nenhum destaque no original), se sublinhava esta perspetiva: “A interpretação do PSD da social-democracia moderna não assenta numa ideologia determinista, que vise atingir pretensos estágios finais predeterminados em que acabaria a evolução das sociedades humanas.”

E, no entanto, os quase mil con-

gressistas de 1974, “políticos empenhados na construção de uma sociedade socialista”, propunham “um projeto de transformação global da nossa sociedade”, esclarecendo que o partido apenas visaria “a conquista do poder por via eleitoral e demais regras do processo democrático, a fim de instaurar progressivamente uma sociedade socialista em liberdade no nosso país”. Aliás, logo a abrir o preâmbulo desse primeiro programa tudo era claro: “O Programa do Partido Popular Democrático não pode ser nem um simples conjunto de medidas concretas articuladas entre si de modo a esboçar uma política de governo, nem tão-pouco um agregado de expressões utópicas ou de carácter demagógico. Deverá antes traduzir

claramente e sem ambiguidade as linhas fundamentais de um projeto de transformação global da nossa sociedade (...).”

No livro base do projeto atual escreve-se que o PSD é “um partido que nasceu com uma raiz genuinamente portuguesa, baseada numa filosofia social-cristã, no personalismo de Mounier e nos valores da liberdade e da democracia ocidental”. No programa de 1992 lia-se que “a cultura e a identidade política do PSD foi assim constituída na base de correntes que têm, na Europa, as suas raízes espirituais no cristianismo e no humanismo, no pensamento democrático e liberal, e sucessivamente enriquecidas pelas experiências dos movimentos cívicos e sociais dos trabalhadores, pela luta dos povos

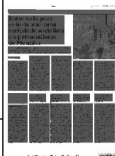
**FAXINFORME****CLIPPING****Diário de Notícias****Tiragem:** 54.326**Área:** 1493cm²/ 78%**Data:** 26.02.2012**Tipo:** Jornal Nacional Diário**Secção:** Destaque**FOTO****Cores:** 4 Cores **Pág:**8;9

contra todas as formas de opressão e pelo próprio exercício do poder político em diversas circunstâncias e momentos históricos”.

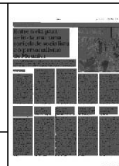
Em nenhum dos textos o partido se assume como socialista – termo que, no documento de 1974, é muito mais frequente do que social-democracia. “[A criação do partido] obedeceu ao reconhecimento da necessidade de oferecer aos portugueses a possibilidade de tornarem efetiva e atuante uma vontade política dirigida pelos valores do socialismo (...). Aplicando estes princípios à sociedade portuguesa, o Partido Popular Democrático afirma o primado do direito de todos os portu-

gueses a desenvolverem livremente a sua personalidade” – mas não há qualquer referência explícita, que já surge em 1992 (“um partido personalista, para o qual o início e o fim da política reside na pessoa humana”), a Emmanuel Mounier.

O filósofo francês era, em 1974, a referência do CDS, cujo programa, como sustentou Richard A. H. Robinson, “afirmava ‘o humanismo personalista’, o credo de Emmanuel Mounier, como a filosofia básica que informava as atividades do partido” (“Do CDS ao CDS-PP: o Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política portuguesa”, *in* revista *Análise Social*, vol. XXXI (4.º)).



O I Congresso, reunido em Lisboa em novembro de 1974, aprovou o primeiro programa do (então) PPD. Na foto dois dos seus fundadores, Francisco Pinto Balsemão e Francisco Sá Carneiro



Aliás, nos debates da Assembleia Constituinte, logo a 17 de julho, Amaro da Costa seria o primeiro deputado a invocar o filósofo que escreveu *O Personalismo*, seguido, seis dias depois, por Basílio Horta. Durante esse período de debates parlamentares, o nome de Mounier é citado mais três vezes, pelos sociais-democratas Pedro Roseta e José Augusto Seabra – mas este, curiosamente, estreou-se como o primeiro deputado a citar também Karl Marx. Afinal, no I Congresso da JSD, além das imagens de Bernstein e de António Sérgio, estavam penduradas no pavilhão fotos de Mounier e de Marx.

O texto dos fundadores era, de resto, muito explícito em relação às fontes inspiradoras. “Liberdade, igualdade e solidariedade são os grandes ideais do socialismo e realizam-se na democracia. Não há verdadeira democracia sem socialismo, nem socialismo autêntico sem democracia. Estes ideais são a herança de uma complexa tradição cultural historicamente alimentada pelos contributos do humanismo, do cristianismo e da filosofia ocidental, das lutas das classes trabalhadoras, da análise das formas de contradição e opressão da sociedade capitalista e do combate feroz contra o fascismo, os imperialismos e os totalitarismos. O Partido Popular Democrático pretende reunir todos os que

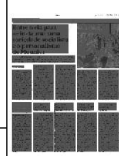
aceitam os ideais do socialismo e procuram realizá-los pela construção da democracia, independentemente da sua crença religiosa ou formação filosófica. A sua unidade baseia-se em ideais e objetivos políticos comuns e consolida-se na prática quotidiana da luta pela democracia e pelo socialismo.”

E, acerca do abominar as teses de Marx, convém voltar ao programa original, antes do “reformismo” e do “gradualismo” inscritos em 1992. “[O PPD] não é um partido com orientação dogmática, para além do necessário e permanentemente comprometido de todos os seus aderentes nos valores fundamentais do socialismo democrático e humanista. Pretende aproveitar, pois, as contribuições de qualquer corrente de pensamento político válido, incluindo as análises económicas e sociológicas do marxismo, sem se deixar enfeudar a nenhuma delas.” E, nos debates da Constituinte, José Augusto Seabra declarava: “Para nós, que não somos marxistas, embora do marxismo não recusemos o contributo crítico acerca da alienação capitalista, que com outros fundamentos também combatemos.”

Sem qualquer autocritica nos novos textos, o PSD assume a sua prática política, rejeitando “modelos programáticos que sobrevalorizem o Estado e a sua intervenção como meio de transformação social, como defendem as conce-

ções socialistas” (programa de 1992), “o coletivismo marxista, o estatismo, o individualismo liberal, o igualitarismo e o transpersonalismo” (como se regista na obra da recente Comissão de Revisão), enquanto assume que, “sendo social-democrata, valoriza o liberalismo político e a livre iniciativa caracterizadora de uma economia aberta ao mercado” (no texto de 1992), “a via reformista, por contraposição aos planos revolucionários de engenharia social” (no livro de 2012) – como se nunca tivesse proposto qualquer outra via.

E, contudo, em 1974, todas as linhas orientadoras entroncavam numa ideia de economia planificada (*ver caixas*). Quanto ao programa, não apenas se apontava uma “via para atingir o socialismo democrático em Portugal” e se desenhava “um projeto socialista de cunho democrático e personalista”, criticando o “domínio do homem sobre o homem” e contestando “uma acumulação de capital sem precedentes”, como se detalhavam “[os objetivos fundamentais] de uma política socialista”. As contradições ideológicas são tão acentuadas que parece estarmos a ler os projetos de dois partidos nos antípodas um do outro.



Ideologia ao longo dos tempos

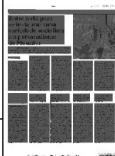
› A base ideológica do PSD mudou em mais de 30 anos de democracia. Da defesa da extinção das bases da NATO no primeiro programa, datado de 1974, e que propunha também mais nacionalizações e a reforma agrária, o partido evoluiu em 1992 para um ideário muito diferente. Ainda assim crítico de um mercado apenas assente no lucro económico e defensor de um Estado promotor do desenvolvimento. Nesta altura, o PSD considerava que os “excessos do Estado Providência conduziram em muitos casos ao atrofiamento da sociedade civil”. O atual líder do PSD deu-lhe nova roupagem ao falar de libertar a sociedade do peso do Estado.

Mercado nem sempre foi alvo de elogios

ECONOMIA “O mercado constitui o meio mais eficiente e capaz de, simultaneamente, evitar o desperdício de recursos individuais e coletivos e assegurar o crescimento económico” – é uma ideia que se associa ao PSD e é registada no programa de 1992. “Um sistema económico [assente] no lucro individual revelou-se incapaz de, por si só e sem intervenção do Estado, assegurar o pleno emprego e planear a satisfação das necessidades coletivas”, lia-se, porém, no programa de 1974. O PSD “valoriza o liberalismo político e a livre iniciativa caracterizadora de uma economia aberta de mercado” (1992). Sem intervenção do Estado, “as necessidades cuja satisfação é menos lucrativa tendem a ficar por satisfazer. É o caso das necessidades fundamentais da educação, da saúde, da segurança e da cultura” (1974).

Estado era promotor do desenvolvimento

RIQUEZA O PSD “rejeita modelos programáticos que sobrevalorizem o Estado e a sua intervenção como meio de transformação social, como defendem as concepções socialistas” (1992). “O Estado deve ser considerado o promotor do progresso da economia e assumir a responsabilidade de garantir o desenvolvimento económico-social, a livre realização da personalidade e a igualdade efetiva entre os cidadãos” (1974). “O PSD assume como linha primordial de orientação política a necessidade de promover uma ampla libertação da vida económica, social e cultural de peias estatizantes e tecnocráticas” (1992). “Os investimentos não podem visar unicamente a criação de riqueza, mas sobretudo a criação de postos de trabalho, obedecendo às diretrizes do Plano” – a planificação da economia (1974).

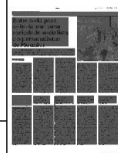
**FAXINFORME****CLIPPING****Diário de Notícias****Tiragem:** 54.326**Área:** 1493cm²/ 78%**Data:** 26.02.2012**Tipo:** Jornal Nacional Diário**Secção:** Destaque**FOTO****Cores:** 4 Cores **Pág:**8;9

Extinguir as bases da NATO em Portugal

DEFESA “A garantia eficaz dos interesses do País está intrinsecamente ligada ao esforço de defesa nacional”, regista o programa de 1992, defendendo, como parece ter sido sempre a prática do partido, a “nossa integração plena nas estruturas coletivas de defesa europeia e atlântica”. Mas, em 1974, “num momento histórico em que os principais recursos do País devem ser devotados ao favorecimento da justiça social e do desenvolvimento”, o PPD “[admitia] a adesão à OTAN [era comum usar a sigla em português] apenas enquanto não estiver institucionalizado um novo sistema internacional e multinacional de segurança. Entretanto, a contribuição portuguesa financeira e humana deve diminuir progressivamente, assim como devem ser progressivamente extintas as bases estrangeiras em Portugal”.

Nacionalizações e reforma agrária

RADICAL Em vez de “rejeitar o estatismo”, como sucedia em 1992, o primeiro programa assumia “o alargamento do âmbito do sector público”, “Nesse sentido, o Estado (...) intervirá diretamente no processo de produção e distribuição”, em diversas situações. O primeiro caso, que hoje ninguém no PSD defenderá, era “quando, devido às exigências da técnica e da dimensão do mercado, interno e externo, deva existir uma única entidade produtora (monopólio natural); neste caso, ela será ou nacionalizada e convertida em empresa pública ou, pelo menos, o Estado deverá participar no capital de forma a deter o real poder de decisão” – ainda não se falava de *golden shares*. Mais estranho ainda são as referências à Reforma Agrária, contra os “grandes latifundiários” e pela defesa de cooperativas.

**FAXINFORME****CLIPPING****Diário de Notícias****Tiragem:** 54.326**Área:** 1493cm²/ 78%**Data:** 26.02.2012**Tipo:** Jornal Nacional Diário**Secção:** Destaque**FOTO****Cores:** 4 Cores **Pág:**8;9

Saúde como um sector nacionalizado

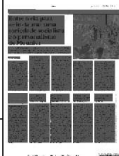
SNS “Como medida prioritária e de base impõe-se a criação de um serviço público que permita e fomenta a progressiva mas rápida socialização dos cuidados médicos em Portugal”, em que continuaria a existir a “medicina livre – que se deseja manter apenas a título supletivo, em moldes a regular, e nunca em competição com o Serviço Nacional de Saúde”, que “será financiado na sua totalidade pelo Orçamento Geral do Estado”. O programa de 1974 não só defendia a transformação da saúde “num sector altamente nacionalizado”, como até preconizava “a criação de uma empresa pública (...) para produção de medicamentos básicos”. Já em 1992, numa posição genérica, considerava-se que “devem ser introduzidas formas de devolução de poderes administrativos para entidades privadas”.

Oposição à rádio e à televisão privadas

INCOERÊNCIAS Olhando para o programa que esteve em vigor até 1992, parece que os líderes mais carismáticos, Sá Carneiro e Cavaço Silva, governaram contra o seu partido. Apenas dois exemplos. O primeiro: “O Estado deverá, mediante intervenções adequadas, assegurar que a distribuição de crédito por parte da banca obedea às linhas de política económica previstas no plano e não aos interesses dos grupos em que aquela se integra.” O segundo: “Em matéria de rádio e televisão, porém, entende o [PPD] ser de evitar tanto o monopólio do Estado como a liberdade de criação de empresas capitalistas. Entende, por isso, o partido que apenas empresas de direito público e sem fins lucrativos e controladas por organismos democraticamente designados pelos utentes deverão ser autorizados a emitir.”

Um imposto anual sobre a riqueza

COGESTÃO “O partido advoga uma profunda transformação da empresa”, que “só se alcançará desde que os trabalhadores passem a participar concretamente, desde já, na gestão das empresas e no capital criado”, numa cogestão, “com vista à aproximação do ideal da autogestão, próprio da realização integral do socialismo”, e em que se verifique uma “atribuição aos trabalhadores de parte dos lucros, assegurando-lhes uma efectiva participação no capitalismo”. E o primeiro programa do PSD ainda sugeria medidas fiscais como as hoje subscritas por comunistas e bloquistas, desde a inclusão das “mais-valias e todos os demais acréscimos ao património líquido pessoal” no imposto único até à criação “de um imposto anual sobre a riqueza, incluindo a não produtiva, quando exceda determinado montante”.

**FAXINFORME****CLIPPING****Diário de Notícias****Tiragem:** 54.326**Área:** 1493cm²/ 78%**Data:** 26.02.2012**Tipo:** Jornal Nacional Diário**Secção:** Destaque**FOTO****Cores:** 4 Cores **Pág:**8;9

Empresas públicas controlam energia

EDP Os críticos de esquerda do Governo podiam citar o programa de 1974 perante a venda da EDP. “Atendendo-se à importância estratégica no sistema económico-social, o sector da energia – decisivo para o êxito da política industrial – deverá ser fortemente integrado, vertical e horizontalmente, em grandes empresas nacionalizadas ou com forte predomínio do Estado. Assim, o subsector dos petróleos deverá ser reorganizado numa *holding* nacional, abrangendo várias empresas e garantindo preços a nível europeu para os combustíveis industriais. O subsector da electricidade deverá também ser igualmente reorganizado numa empresa única, responsável pela produção, transporte e distribuição da energia eléctrica em todo o País e capaz de promover a eletrificação de todo o território.”

Mudam-se os tempos, mudam-se as ideias

DESPESA “Os excessos do Estado Providência conduziram em muitos casos ao atrofiamento da sociedade civil”, concluía o programa de 1992. Mas era bem distinto da posição anterior do partido. “A adoção do programa social-democrata que o [PPD] propõe implica um aumento substancial de despesa pública, como resultado da necessidade de assegurar uma política de justa remuneração dos trabalhadores da administração pública, de aumentar e melhorar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas, de incrementar os investimentos sociais, de alargar e aperfeiçoar os programas de segurança e assistência social, de aumentar a participação direta do sector público nas atividades de produção e de distribuição.” Duas teses contrastadas.